



Colégio 00001 Sala 0001 Ordem 0001

Fevereiro/2016

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário – Área Judiciária** **Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'B02', Tipo 001 Nº de Inscrição: MODELO Nº do Caderno: TIPO-001

Nº do Documento: 0000000000000000 ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA S.P.Q.P.**  
Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

De nada serve à humanidade conquistar a Lua se perde a Terra.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### C. Gerais / C. Específicos / Discursiva-Redação

Cargo ou opção B02 - AN JUD - ÁREA JUD - ESP OF JUST AVALIADOR FEDERAL

Tipo gabarito 1

001 - C	011 - B	021 - B	031 - E	041 - A	051 - E
002 - A	012 - D	022 - D	032 - A	042 - B	052 - B
003 - B	013 - D	023 - E	033 - E	043 - E	053 - A
004 - C	014 - A	024 - D	034 - C	044 - C	054 - C
005 - E	015 - B	025 - A	035 - B	045 - B	055 - B
006 - E	016 - A	026 - C	036 - D	046 - C	056 - C
007 - A	017 - C	027 - D	037 - B	047 - A	057 - E
008 - C	018 - C	028 - A	038 - B	048 - D	058 - E
009 - E	019 - D	029 - C	039 - C	049 - B	059 - D
010 - B	020 - E	030 - A	040 - E	050 - A	060 - A

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 11, leia o texto abaixo.

*Nasci na Rua Faro, a poucos metros do Bar Joia, e, muito antes de ir morar no Leblon, o Jardim Botânico foi meu quintal. Era ali, por suas aleias de areia cor de creme, que eu caminhava todas as manhãs de mãos dadas com minha avó. Entrávamos pelo portão principal e seguíamos primeiro pela aleia imponente que vai dar no chafariz. Depois, íamos passear à beira do lago, ver as vitórias-régias, subir as escadarias de pedra, observar o relógio de sol. Mas íamos, sobretudo, catar mulungu.*

*Mulungu é uma semente vermelha com a pontinha preta, bem pequena, menor do que um grão de ervilha. Tem a casca lisa, encerada, e em contraste com a pontinha preta seu vermelho é um vermelho vivo, tão vivo que parece quase estranho à natureza. É bonita. Era um verdadeiro prêmio conseguir encontrar um mulungu em meio à vegetação, descobrir de repente a casca vermelha e viva cintilando por entre as lâminas de grama ou no seio úmido de uma bromélia. Lembro bem com que alegria eu me abaixava e estendia a mão para tocar o pequeno grão, que por causa da ponta preta tinha uma aparência que a mim lembrava vagamente um olho.*

*Disse isso à minha avó e ela riu, comentando que eu era como meu pai, sempre prestava atenção nos detalhes das coisas. Acho que já nessa época eu olhava em torno com olhos mínimos. Mas a grandeza das manhãs se media pela quantidade de mulungus que me restava na palma da mão na hora de ir para casa. Conseguia às vezes juntar um punhado, outras vezes apenas dois ou três. E é curioso que nunca tenha sabido ao certo de onde eles vinham, de que árvore ou arbusto caíam aquelas sementes vermelhas. Apenas sabíamos que surgiam no chão ou por entre as folhas e sempre numa determinada região do Jardim Botânico.*

*Mas eu jamais seria capaz de reconhecer uma árvore de mulungu. Um dia, procurei no dicionário e descobri que mulungu é o mesmo que corticeira e que também é conhecido pelo nome de flor-de-coral. "Árvore regular, ornamental, da família das leguminosas, originária da Amazônia e de Mato Grosso, de flores vermelhas, dispostas em racimos multifloros, sendo as sementes do fruto do tamanho de um feijão (mentira!), e vermelhas com mácula preta (isto, sim)", dizia.*

*Mas há ainda um outro detalhe estranho – é que não me lembro de jamais ter visto uma dessas sementes lá em casa. De algum modo, depois de catadas elas desapareciam e hoje me pergunto se não era minha avó que as guardava e tornava a despejá-las nas folhagens todas as manhãs, sempre que não estávamos olhando, só para que tivéssemos o prazer de encontrá-las. O fato é que não me sobrou nenhuma e elas ganharam, talvez por isso, uma aura de magia, uma natureza impalpável. Dos mulungus, só me ficou a memória – essa memória mínima.*

(Adaptado de: SEIXAS, Heloísa. **Semente da Memória**. Disponível em: <http://heloisaseixas.com.br>)

1. De acordo com o texto,
  - (A) apesar da preocupação da avó, para quem as bromélias e a grama – note-se o termo *lâminas* a ela associado – punham a criança em risco, o convívio com a natureza era o principal motivo das visitas diárias ao Jardim Botânico.
  - (B) o mulungu era colhido pela autora quando criança, em seus passeios pelo Jardim Botânico, mas era pouco valorizado por sua avó, que secretamente se desfazia das sementes ornamentais que a neta encontrava.
  - (C) hoje a escritora guarda uma memória pequena como as sementes do mulungu, mas tão expressiva quanto aquelas manhãs em que sua avó a levava para passear no Jardim Botânico.
  - (D) o modo como a autora apresenta a definição da planta mulungu, a partir do dicionário, permite-lhe inferir como seriam as sementes, cuja lembrança já desgastada pauta-se por um critério muito mais afetivo do que visual.
  - (E) as sementes de mulungu terminam por ser um pretexto para que a autora retrate, com a narração de um caso, sua relação com a avó e a memória guardada do pai, que não participava das caminhadas pelo Jardim Botânico.

2. A expressão *olhos mínimos* (3º parágrafo)
  - (A) reflete o olhar atento às minúcias, característica que encontrava semelhança no pai da autora e que continua a lhe acompanhar.
  - (B) indica os olhos diminutos com que a autora, ainda criança, já dedicava atenção à natureza, dada a conhecer por sua avó, diferente dela nesse aspecto.
  - (C) ilustra, por contraposição, a atenção devotada pela autora aos aspectos grandiosos da natureza deslindada por sua avó.
  - (D) confere humor à relação entre neta e avó, que se ria ao lembrar das semelhanças entre a neta e seu pai, ambos apegados a coisas insignificantes.
  - (E) chama a atenção do leitor para uma característica da avó, que se maravilha com o encantamento da criança pela diversidade da natureza.

3. Com respeito à pontuação, atente para as seguintes afirmações:
  - I. Na frase *Conseguia às vezes juntar um punhado, outras vezes apenas dois ou três* (3º parágrafo), pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente antes de *apenas*, mantendo-se a correção e o sentido.
  - II. No 4º parágrafo, os parênteses indicam juízos da escritora, que, portanto, não constam da definição encontrada no dicionário.
  - III. No segmento *O fato é que não me sobrou nenhuma e elas ganharam, talvez por isso...* (5º parágrafo), pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente antes de "e", sem prejuízo para a correção e o sentido.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.



4. No segmento *de que árvore ou arbusto caíam aquelas sementes vermelhas* (3º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído corretamente por:
- (A) de cuja  
(B) dos quais  
(C) de qual  
(D) de quanta  
(E) de cujos
- 
5. O segmento sublinhado que introduz uma explicação encontra-se em:
- (A) *Depois, íamos passear à beira do lago...* (1º parágrafo)  
(B) *O fato é que não me sobrou nenhuma...* (5º parágrafo)  
(C) *... estendia a mão para tocar o pequeno grão...* (2º parágrafo)  
(D) *... só para que tivéssemos o prazer de encontrá-las.* (5º parágrafo)  
(E) *... é que não me lembro de jamais ter visto...* (5º parágrafo)
- 
6. O termo "que" NÃO é um pronome em:
- (A) *... que vai dar no chafariz.* (1º parágrafo)  
(B) *... que me restava na palma da mão na hora de ir para casa.* (3º parágrafo)  
(C) *... com que alegria eu me abaixava...* (2º parágrafo)  
(D) *... que por causa da ponta preta...* (2º parágrafo)  
(E) *... que também é conhecido pelo nome de flor-de-coral.* (4º parágrafo)
- 
7. *Mas a grandeza das manhãs se media pela quantidade de mulungus...* (3º parágrafo)
- Na frase acima, alterando-se de voz passiva sintética para analítica, a forma verbal resultante é:
- (A) era medida  
(B) eram medidas  
(C) seria medida  
(D) tinha sido medida  
(E) tinham sido medidos
- 
8. Atribuindo-se sentido hipotético para o segmento *E é curioso que nunca tenha sabido ao certo de onde eles vinham...* (3º parágrafo), os verbos devem assumir as seguintes formas:
- (A) era – tivesse sabido – viriam  
(B) fora – tivera sabido – vieram  
(C) seria – tivesse sabido – viriam  
(D) teria sido – soubesse – viriam  
(E) será – saiba – virão
- 
9. Está correto o que se afirma em:
- (A) No trecho *De algum modo, depois de catadas elas desapareciam...* (5º parágrafo), a ordem das palavras pode ser alterada para "Depois de catadas de algum modo, elas desapareciam", sem que se altere o sentido original.  
(B) Na frase *Disse isso à minha avó e ela riu, comentando que eu era como meu pai, sempre prestava atenção nos detalhes das coisas* (3º parágrafo), os verbos sublinhados se referem à mesma pessoa.  
(C) Em *Mas há ainda um outro detalhe estranho...* (5º parágrafo), a flexão do verbo se deve ao elemento sublinhado.  
(D) No segmento *... uma aura de magia, uma natureza impalpável* (5º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por seu sinônimo "imperceptível", mantendo-se o mesmo sentido.  
(E) Na frase *Era ali, por suas aleias de areia cor de creme, que eu caminhava todas as manhãs de mãos dadas com minha avó* (1º parágrafo), mantém-se a correção caso se suprima o verbo inicial juntamente com o termo "que".
- 
10. *... que a mim lembrava vagamente um olho.* (2º parágrafo)  
*... que me restava na palma da mão...* (3º parágrafo)  
*... o prazer de encontrá-las.* (5º parágrafo)
- Os elementos sublinhados acima referem-se, na ordem dada, a:
- (A) ponta preta – mulungus – sementes  
(B) aparência – quantidade – sementes  
(C) aparência – mulungus – folhagens  
(D) grão – quantidade – sementes  
(E) grão – grandeza – folhagens
- 
11. Quanto à ocorrência de crase, considere as frases abaixo.
- I. No segmento *... encontrar um mulungu em meio à vegetação...* (2º parágrafo), pode-se substituir corretamente o elemento sublinhado por "por entre", sem que nenhuma outra alteração seja feita.  
II. No segmento *Disse isso à minha avó e ela riu...* (3º parágrafo), pode-se suprimir o artigo definido sem prejuízo para o sentido e a correção.  
III. Uma redação correta para o segmento *... na hora de ir para casa* (3º parágrafo), caso se substitua a preposição "em" por "a", é: "à hora de ir para casa".
- Está correto o que consta em
- (A) III, apenas.  
(B) II e III, apenas.  
(C) I e II, apenas.  
(D) I, II e III.  
(E) I, apenas.



**Atenção:** Para responder às questões de números 12 a 14, leia o texto abaixo.

### Logrador

*Você habita o próprio centro  
de um coração que já foi meu.  
Por dentro torço por que dentro  
em pouco lá só more eu.*

*Livre de todos os negócios  
e vícios que advêm de amar  
lá seja o centro de alguns ócios  
que escolherei por cultivar.*

*Para que os sócios vis do amor,  
rancor, dor, ódio, solidão,  
não mais consumam meu vigor,*

*amado e amor banir-se-ão  
do centro rumo a um logrador  
subúrbio desse coração.*

(CÍCERO, Antonio. **Guardar**, Rio de Janeiro, Record, 1996, p. 71)

12. No poema,

- (A) o poeta lamenta a perda de seu próprio coração para um amor que só lhe causa inquietações, a ponto de desejar desvencilhar-se dele, para cultivar sua própria solidão.
- (B) na tentativa de conciliar o amor e a quietude, o poeta procura banir para um terreno periférico todos os afetos vis que o prejudicam e que são por ele relacionados a negócios, o que procura revelar sua dimensão propriamente venal.
- (C) os afetos viciosos que acompanham o amor, caracterizado por ser tão enganador quanto eles, precisam ser banidos para um lugar distante, a fim de que o poeta possa retomar seu afazeres e uma relação afetiva saudável.
- (D) o termo *logrador*, por sua semelhança com "logradouro", não apenas se apropria de seu sentido, como também sugere a dimensão enganadora do amor e do amado, que o poeta deseja banir para longe do centro de seu coração.
- (E) ao tentar aproximar-se de uma dimensão positiva do amor, o poeta termina por perceber o quão enganador é esse afeto para ele, de maneira que, movido por rancor e afetos semelhantes, opta até mesmo pelo exílio profissional.

13. Mantendo-se o sentido original, no verso *Por dentro torço por que dentro* (1ª estrofe), o termo sublinhado pode ser substituído por:

- (A) pelo que
- (B) com que
- (C) de modo que
- (D) para que
- (E) visto que

14. Atente para as afirmativas abaixo relativas a pontuação.

- I. Pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente após *amar*, na segunda estrofe, sem prejuízo para a correção.
- II. As vírgulas empregadas imediatamente antes de *rancor* e após *solidão*, na terceira estrofe, podem ser substituídas por travessões, sem prejuízo para a correção.
- III. O último verso poderia vir precedido de dois-pontos ou travessão, já que constitui uma explicação do termo antecedente *logrador*.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

### Noções de Sustentabilidade

15. Para efeitos da Lei nº 12.305/2010 a gestão integrada de resíduos sólidos é

- (A) o ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.
- (B) o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.
- (C) o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.
- (D) conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.
- (E) distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

16. De acordo com o Decreto nº 7.746/2012, a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP é composta por

- (A) dois representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (B) um representante do Ministério do Meio Ambiente, que exercerá a Presidência.
- (C) dois representantes da Casa Civil da Presidência da República.
- (D) um representante do Ministério do Trabalho e Emprego, que exercerá a Vice-Presidência.
- (E) dois representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.



17. De acordo com o Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, o princípio que pressupõe responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente, principalmente aqueles com consequências negativas significativas, prestando contas aos órgãos de governança da organização, a autoridades legais e, de modo mais amplo, às partes interessadas, declarando os seus erros e as medidas cabíveis para remediá-los é expressamente o Princípio
- (A) da sustentabilidade vinculada.
  - (B) do impacto ambiental de verificação.
  - (C) *Accountability*.
  - (D) do meio ambiente interativo.
  - (E) Social Comunicativo.
- 
18. De acordo com a ordem estabelecida pelo § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, em igualdade de condições, como critério de desempate, é assegurada preferência aos bens e serviços produzidos
- (A) ou prestados por empresas que possuam, no mínimo, 30% do capital estrangeiro.
  - (B) ou prestados por empresas brasileiras que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País ou no exterior.
  - (C) no País, ou seja dentro do território nacional brasileiro.
  - (D) por empresas estrangeiras que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia do País.
  - (E) ou prestados por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos legal para pessoa com deficiência.

#### Regimento Interno do TRT da 23ª Região

19. Os atos administrativos do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região serão materializados em instrumentos denominados Ato e Portaria. Sobre esse assunto, considere:
- I. O Ato é utilizado, dentre outras hipóteses, para nomeação de Juiz do Trabalho substituto.
  - II. O Ato é utilizado, dentre outras hipóteses, para nomeação e exoneração de cargo em comissão.
  - III. A Portaria é utilizada, dentre outras hipóteses, para declaração de vacância de cargo.
- Segundo o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
  - (B) III.
  - (C) I.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

20. No tocante a direção do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, considere:
- I. O Presidente exercerá, cumulativamente, a função de Corregedor Regional, podendo delegar referidas atribuições ao Vice-Presidente.
  - II. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal será de dois anos, iniciando-se a partir do primeiro dia dos anos pares.
  - III. O Desembargador do Trabalho que declinar, com a aceitação do Tribunal Pleno, do direito de concorrer a um dos cargos de direção, não manterá sua posição no quadro de antiguidade, nas eleições subsequentes.
  - IV. Vagando o cargo de Presidente, assumirá a Presidência o Vice-Presidente, sendo a Vice-Presidência exercida pelo Desembargador do Trabalho mais antigo, que não tenha ocupado tal cargo mediante eleição.
- De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, está correto o que consta APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I, III e IV.
  - (C) II e IV.
  - (D) I e II.
  - (E) I, II e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. De acordo com a Constituição Federal de 1998, compete
- (A) aos Estados-membros fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
  - (B) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao consumidor.
  - (C) privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
  - (D) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
  - (E) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre populações indígenas.
- 
22. Dispõe o artigo 18, § 2º, da Constituição Federal: “Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar”. De acordo com a classificação de aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 18, § 2º da Constituição Federal de 1988 é uma norma de
- (A) eficácia contida.
  - (B) eficácia plena.
  - (C) princípio programático.
  - (D) princípio institutivo ou organizativo.
  - (E) eficácia controlada.
- 
23. “A” é um cidadão inglês naturalizado brasileiro que foi condenado por crime de tráfico de drogas na Inglaterra. “B” é um cidadão iraniano que pediu asilo ao Brasil por ter cometido crime de opinião em seu país, ao fazer oposição ao governo do Irã. Considerando que ambos residem no Brasil e também o que dispõe a Constituição Federal de 1988 a respeito da extradição,
- (A) “A” e “B” poderão ser extraditados.
  - (B) “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas e “B” poderá ser extraditado, uma vez que foi condenado por crime de opinião, e não por crime político.
  - (C) “B” poderá ser extraditado porque o Brasil não concede asilo a estrangeiro que tenha cometido crime de opinião, mas “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas.
  - (D) “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não prevê a possibilidade de extradição para brasileiros naturalizados e “B” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião.
  - (E) “B” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião, mas “A” poderá ser extraditado, ainda que o crime tenha sido praticado depois da naturalização.
- 
24. A respeito do controle concentrado de constitucionalidade,
- (A) a Ação Declaratória de Constitucionalidade e o Mandado de Injunção podem ser propostos por qualquer pessoa, por via principal ou via incidental.
  - (B) tanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade, como a Ação Declaratória de Constitucionalidade e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, propostas perante o Supremo Tribunal Federal, podem versar sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
  - (C) cabe ação rescisória da decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido formulado em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
  - (D) os legitimados para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade também podem propor a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
  - (E) os efeitos da decisão em Ação Declaratória de Constitucionalidade são sempre *inter partes*.

**Direito Administrativo**

25. A forma de organização na qual se estrutura a Administração pública predica sua atuação, tornando-a mais ou menos ágil. Além da estruturação da Administração indireta, em especial com pessoas jurídicas de direito privado, uma das formas apontadas como meio de imprimir ganho de eficiência e agilidade às funções da Administração pública, é a
- (A) delegação de serviço público para a iniciativa privada, por meio de concessão comum, contrato que transfere ao concessionário a execução daquelas atividades materiais, por sua conta e risco, remunerando-se pela tarifa a ser cobrada dos usuários.
  - (B) outorga de competências a outros entes federados, especialmente municípios, por meio de decretos de delegação, restringindo-se a Administração pública originalmente competente a repassar recursos para a execução das atividades abrangidas pelo ato normativo.
  - (C) permissão de serviços públicos para sociedades de economia mista integrantes da mesma esfera da Administração, mediante dispensa de licitação, para fins de possibilitar a redução da tarifa imposta ao usuário.
  - (D) concessão comum de atividades materiais de interesse público, sejam serviços públicos em sentido estrito ou não, tais como da área da saúde ou educação, cabendo ao concessionário remunerar-se pela tarifa e garantir a qualidade das utilidades disponibilizadas aos usuários.
  - (E) outorga de competências à iniciativa privada, em especial de serviços públicos, para prestação sob regime jurídico subsidiado, garantindo o princípio da modicidade tarifária e a universalidade da disponibilização a todos os usuários, vedada cobrança de valores diferenciados.
- 
26. A Administração pública está sujeita a deveres e prerrogativas no seu mais amplo espectro de atuação, que se dá por intermédio de agentes públicos. Os servidores públicos, no exercício de suas funções, também estão sujeitos a deveres e responsabilidades. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,
- (A) o servidor está sujeito a responsabilização somente quando agir com dolo, conduta que deverá ser objeto de processo disciplinar, sem prejuízo da apuração dos danos civis causados.
  - (B) o servidor responde diretamente, perante terceiros, pelos danos que a eles causar, não cabendo ação direta contra a Fazenda Pública.
  - (C) a responsabilidade dos servidores, na esfera civil ou administrativa, decorre de condutas comissivas ou omissivas praticadas no exercício do cargo ou da função, dolosa ou culposamente.
  - (D) a responsabilidade por infrações penais deve ser apurada antes da responsabilidade civil ou administrativa, porque as absorve, devido a menor gravidade.
  - (E) as infrações no campo civil, administrativo e penal podem ser processadas em paralelo, mas as sanções não podem se cumular, devendo ser aplicada a sanção mais gravosa.
- 
27. O processo administrativo é informado por princípios e, no âmbito federal, regido pela Lei nº 9.784/1999. Caracteriza o processo administrativo
- (A) a inércia, tendo em vista que é necessário que uma das partes, ou mesmo um interessado, provoque o andamento do processo, não podendo ser impulsionado de ofício.
  - (B) a imprescritibilidade e possibilidade de revisão das decisões por meio de reconsideração, independentemente de prazo, como garantia do direito dos administrados.
  - (C) o diferimento do contraditório e da ampla defesa, que pode ser exercido após o proferimento da decisão final, caso seja desfavorável ao administrado.
  - (D) a pluralidade de instâncias, com a possibilidade de apresentação de mais de um recurso administrativo, salvo se a primeira decisão já foi proferida pela autoridade máxima da Administração pública.
  - (E) a impossibilidade de aproveitamento de atos praticados no caso de identificação de vícios, em razão da informalidade que rege o processo, impedindo que dois processos administrativos tramitem da mesma forma.
- 
28. Dentre as condutas prescritas como atos de improbidade na Lei nº 8.429/1992, aquela que admite conduta apenas culposa, prescindindo de demonstração de dolo, é a descrita no dispositivo que
- (A) trata dos atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, tal como permitir que sejam realizadas despesas sem a devida autorização na legislação.
  - (B) elenca as hipóteses de atos que atentam contra os princípios da Administração pública, dada a gravidade do não atendimento das balizas de atuação das funções executivas.
  - (C) trata dos atos que importam enriquecimento ilícito, mas que demandam prova do efetivo prejuízo causado ao erário, cuja gravidade já justifica a sanção.
  - (D) elenca as hipóteses que causam prejuízo ao erário, desde que restem comprovados os danos causados ao erário e a violação dos princípios básicos que informam a atuação da Administração.
  - (E) implica recebimento para o autor da conduta de benefícios financeiros, pois fica presumido o prejuízo ao erário e a violação aos princípios administrativos, incidindo em todas as modalidades de ato de improbidade.

**Direito do Trabalho**

29. Considerando o entendimento jurisprudencial pacífico sobre alteração do contrato de trabalho,
- (A) as cláusulas do novo regulamento instituído pela empresa atingem os contratos de trabalho de todos os empregados, não caracterizando alteração contratual ilícita, tendo em vista que decorre do legítimo exercício do poder de direção do empregador.
  - (B) empregado que trabalha há cinco anos no período noturno e é transferido pelo empregador para o período diurno terá o adicional noturno incorporado à remuneração, sob pena de restar caracterizada redução salarial e ofensa ao direito adquirido.
  - (C) havendo diminuição do número de alunos, a redução da carga horária do professor é válida, não caracterizando alteração contratual ilícita, tendo em vista que o valor da hora-aula não sofre redução.
  - (D) é ilícita a alteração da jornada de trabalho, com o retorno à jornada inicialmente contratada, de servidor público da Administração direta.
  - (E) a prescrição a ser considerada em ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do contrato de trabalho é a parcial, salvo quando a parcela esteja assegurada por lei, quando então deve ser considerada a prescrição total.

30. Em relação ao aviso prévio, considere:

- I. Na hipótese de rescisão de contrato de trabalho em decorrência do encerramento definitivo das atividades da empresa não é devido aviso prévio.
- II. Contrato de trabalho por prazo determinado que contém cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada não gera direito do empregado ao aviso prévio, mesmo que seja executado tal direito pelo empregador.
- III. É válida a substituição do período que se reduz da jornada de trabalho durante o aviso prévio concedido pelo empregador pelo pagamento das horas correspondentes, desde que acrescidas do adicional de 50% sobre o valor da hora normal.
- IV. Aviso prévio e garantia de emprego são dois institutos incompatíveis, razão pela qual somente após o final do período desta pode ser concedido aquele.
- V. Tendo, no curso do aviso prévio, sido concedido ao empregado auxílio-doença, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário, tendo em vista que a projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) III e V.
- (E) I, II e IV.

31. Em relação aos descontos nos salários dos empregados,

- (A) Gabriel, empregado administrativo da empresa Indústria Confiança Ltda., ingressa na área industrial para dar algumas informações de trabalho ao encarregado da produção e, ao apoiar-se em uma determinada máquina aciona um dispositivo de travamento que para abruptamente o funcionamento do equipamento, causando o rompimento de uma correia, com inegável prejuízo ao empregador. Diante das circunstâncias do ocorrido e do inegável descuido de Gabriel, os prejuízos causados podem ser descontados de seu salário, independentemente de qualquer formalidade.
- (B) para ser contratado, Mauro teve que assinar documento autorizando o desconto mensal em seu salário de valores para pagamento de apólice de seguro de vida em grupo e de parcela a ser depositada em plano de previdência privada mantido pelo empregador. Tais descontos são válidos pois, apesar da imposição feita pelo empregador no momento da contratação, geram inegáveis benefícios e proteção ao empregado e à sua família.
- (C) é nula cláusula de convenção coletiva de trabalho firmada por sindicato dos empregados de postos de gasolina estabelecendo recomendações aos frentistas para recebimento de cheques, não sendo possível, como consequência, o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as referidas recomendações.
- (D) é válido o desconto no salário de empregado correspondente à contribuição confederativa prevista em cláusula de convenção coletiva de trabalho, tendo em vista os inegáveis benefícios que, em decorrência da atuação do sindicato, são gerados a todos os empregados da categoria, sindicalizados ou não.
- (E) é vedado a empregador que mantém armazém destinado a proporcionar aos seus empregados prestações *in natura* proibir que os mesmos tenham acesso aos referidos bens em outros estabelecimentos comerciais, salvo no caso de tal acesso não ser possível em razão da distância, caso em que, porém, o empregador deve assegurar que as mercadorias sejam vendidas a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados.





32. Em relação à equiparação salarial,
- (A) a existência na empresa de quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, não impede que empregado que preencha os requisitos para promoção por merecimento ajuíze reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.
  - (B) Nair, contratada como atendente de enfermagem, pode pleitear equiparação salarial com Janete, auxiliar de enfermagem, tendo em vista que as atividades pelas mesmas exercidas são as mesmas.
  - (C) a equiparação salarial entre servidores públicos contratados pelo regime da CLT somente é possível se houver lei própria autorizando a aplicação do art. 461 da CLT ao ente público específico.
  - (D) plano de cargos e salários que prevê critério de promoção apenas por merecimento ou antiguidade, ainda que referendado por norma coletiva, impede a equiparação salarial, tendo em vista que não respeita o requisito de alternância de critérios previsto por lei.
  - (E) a cessão de empregados, ainda que preenchidos os requisitos legais, exclui a equiparação salarial, pois exercida a função em órgão governamental estranho ao empregador.
- 
33. Em relação ao FGTS, a legislação específica estabelece que
- (A) em razão do alto grau de confiança verificado na prática, a empresa não está obrigada a recolher FGTS a diretor não empregado, ainda que o contrato de trabalho do mesmo não tenha sido suspenso.
  - (B) apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS é competência da Caixa Econômica Federal, como agente operador do Fundo.
  - (C) os depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos e depósitos de poupança e capitalizarão juros de 1% ao mês.
  - (D) o empregador não está obrigado a realizar os depósitos do FGTS em casos de afastamento do empregado do trabalho por mais de dezesseis dias, tendo em vista que, nesses casos, o contrato de trabalho fica suspenso.
  - (E) a conta vinculada do FGTS poderá ser movimentada em caso de falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independente de inventário ou arrolamento.
- 
34. Considerando que atividades perigosas são aquelas que expõem o trabalhador a uma condição de risco acentuado à sua vida, de acordo com a jurisprudência pacífica do TST, têm direito ao adicional de periculosidade
- (A) os tripulantes e demais empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que, no momento do abastecimento da aeronave, permanecem a bordo.
  - (B) os empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, não incluídos, porém, os que trabalham em unidade consumidora de energia elétrica.
  - (C) os empregados expostos a radiação ionizante ou à substância radioativa, nos termos da regulamentação do Ministério do Trabalho.
  - (D) os empregados que desenvolvem suas atividades em edifício (construção vertical) onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal, desde que o trabalho seja exercido no mesmo pavimento em que estão instalados os tanques.
  - (E) os empregados cabistas, instaladores e reparadores de linhas e aparelhos de empresas de telefonia, desde que fiquem expostos a condições de risco equivalente ao do trabalho exercido em contato com sistema elétrico de potência, salvo quando suas atividades sejam exercidas em conjunto com instaladores de rede elétrica, que ficam responsáveis pelo controle do contato com a energia elétrica de potência.
- 
35. Em relação às férias,
- (A) Arlete recebeu a remuneração de suas férias, concedidas pelo empregador no período concessivo correto, ao final do período de férias. Ainda que o pagamento da remuneração das férias não tenha sido feito no prazo legal, como o gozo das mesmas ocorreu no período concessivo correto, não é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional.
  - (B) Arlindo teve suas férias concedidas pelo empregador ao final do período concessivo, gozando vinte dias das férias ainda no período de concessão e dez dias após o término do período. Arlindo terá direito a receber a título de remuneração de férias o valor correspondente aos vinte dias de forma simples e o correspondente aos dez dias de forma dobrada, ambos acrescidos de um terço.
  - (C) a empresa na qual Beatriz trabalha ficou fechada por quarenta dias em razão de uma grande reforma que foi realizada na área de produção. Durante esse período Beatriz recebeu sua remuneração normalmente. Tendo em vista que essa paralisação do trabalho decorreu de interesse do empregador, Beatriz terá seu direito a férias preservado, não havendo qualquer repercussão no seu direito.
  - (D) Fabiano havia requerido ao empregador a conversão de 1/3 do seu período de férias em abono pecuniário. Ocorre que o empregador concedeu regularmente a todos os empregados férias coletivas e, em razão disso, recusou-se a conceder o referido abono a Fabiano, sob a alegação que as férias coletivas retiram do empregado, em qualquer hipótese, a possibilidade dessa conversão.
  - (E) Nivaldo, contratado na modalidade do regime de tempo parcial para cumprimento de jornada de vinte horas semanais, informa o empregador sobre a duração de quatorze dias de suas férias, alegando que o correto teria sido gozar do direito a dezesseis dias.



36. Com base no entendimento pacífico da jurisprudência em relação às estabilidades provisórias no emprego, deve ser considerada como correta a seguinte situação:
- (A) Dispensada sem justa causa em 10/05/2015, com aviso prévio indenizado, Maria entrou em contato com o empregador dizendo que em 25/05/2015 obteve a confirmação de que estava grávida de um mês. Pleiteou indenização atinente aos salários e demais vantagens até cinco meses após o parto, de acordo com preceito constitucional. A empresa alegou que não teve ciência da gravidez até o rompimento do contrato e, portanto, a rescisão foi plenamente válida.
  - (B) Empregada admitida em 01/04/2015, por contrato de experiência com prazo de 60 dias. Em 28/05/2015, sofreu acidente do trabalho. A empresa não reconhece o direito à estabilidade em face do tipo de contrato firmado.
  - (C) Diante do encerramento das atividades do estabelecimento da empresa situado em Sinop, empregado eleito suplente da CIPA exige que a empresa obrigatoriamente proceda sua transferência para o estabelecimento da empresa em Cáceres, com a manutenção de seu mandato e, conseqüentemente, de sua estabilidade no emprego.
  - (D) Empresa, não reconhecendo o direito a estabilidade provisória no emprego de empregado eleito para o cargo de delegado sindical, dispensa o mesmo sem justa causa.
  - (E) Empregado eleito diretor suplente de Cooperativa discorda de sua dispensa sem justa causa, considerando ser detentor de estabilidade provisória no emprego, na forma da lei.
- 
37. Em relação às convenções coletivas e aos acordos coletivos de trabalho é INCORRETO afirmar que
- (A) o instrumento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de convenção ou acordo coletivo será depositado, para fins de registro e arquivamento, no órgão competente.
  - (B) as convenções e os acordos entrarão em vigor cinco dias após a data da entrega dos mesmos no órgão competente.
  - (C) os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva.
  - (D) as cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.
  - (E) nos termos da lei, é de 2 anos o prazo máximo de vigência dos acordos e das convenções coletivas. Assim sendo, é inválida, naquilo que ultrapassa o prazo total de 2 anos, a cláusula de termo aditivo que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.
- 
38. No que concerne às responsabilidades decorrentes da existência de grupo econômico,
- (A) mesmo sem previsão nesse sentido em seu contrato de trabalho, Agnaldo presta serviços a todas as empresas do grupo econômico a que pertence seu empregador. Entendendo que tal situação caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, Agnaldo pretende o recebimento de direitos trabalhistas de todas as empresas para as quais presta serviços.
  - (B) Marcelo, empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico, pretende o reconhecimento de sua condição de bancário, tendo em vista que a empresa de processamento de dados empregadora não presta serviços a qualquer outro cliente que não o banco.
  - (C) Paula, empregada de banco, que vende valores mobiliários de empresa pertencente ao mesmo grupo econômico de seu empregador, pretende a integração na sua remuneração da vantagem pecuniária auferida em decorrência dessa atividade. No entanto, considerando tratar-se de atividades correlatas, ligadas à atividade bancária em geral, não procede a pretensão de Paula.
  - (D) o sucessor responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, tendo em vista que, com a sucessão, o sucessor assume todas as dívidas do sucedido.
  - (E) a responsabilidade solidária decorrente da existência de grupo econômico somente pode ser reconhecida judicialmente, e desde que o trabalhador ajuíze a ação em face de todas as empresas integrantes do grupo econômico.

### Direito Processual do Trabalho

39. Conforme previsão constitucional, a Justiça do Trabalho é um órgão do Poder Judiciário. A respeito da sua organização, da jurisdição e da competência,
- (A) a maior corte é o Tribunal Superior do Trabalho, com sede em Brasília e jurisdição nacional, composto por trinta e três ministros, sendo 2/3 dentre desembargadores dos Tribunais Regionais e 1/3 dentre advogados e Ministério Público do Trabalho.
  - (B) cada estado membro deverá ter, pelo menos, um Tribunal Regional do Trabalho, composto de, no mínimo, 08 desembargadores da própria região que formarão 3/5 da corte, além de 1/5 da advocacia e 1/5 do Ministério Público do Trabalho.
  - (C) os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar de forma descentralizada, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
  - (D) nas Varas do Trabalho a jurisdição será exercida por um juiz singular togado, auxiliado por dois representantes dos sindicatos das categorias profissional e econômica, coma participação de um membro do Ministério Público do Trabalho.
  - (E) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho é o órgão máximo do sistema, mas não funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, cabendo-lhe exercer apenas a supervisão administrativa da Justiça do Trabalho, com decisões de caráter consultivo e não vinculante.



40. A competência é considerada como medida da jurisdição. Em se tratando de competência territorial das Varas do Trabalho, a regra geral prevista na Consolidação das Leis do Trabalho é fixada
- (A) pelo local onde foi realizada a contratação.
  - (B) pelo domicílio eleitoral do empregado.
  - (C) pelo domicílio civil do empregador, quando esse for pessoa física.
  - (D) pela matriz da empresa pública, na capital do Estado onde é a sede do Tribunal Regional.
  - (E) pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador.
- 
41. Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho sobre os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho, incluindo os distribuidores e os oficiais de justiça, é INCORRETO afirmar que
- (A) não compete à Secretaria das Varas a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos, mas sim ao órgão distribuidor.
  - (B) compete especialmente aos chefes de secretaria das Varas promover o rápido andamento dos processos, especialmente na fase de execução, e a pronta realização dos atos e diligências deprecadas pelas autoridades superiores.
  - (C) compete ao distribuidor a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Vara, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados.
  - (D) os distribuidores são designados pelo Presidente do Tribunal Regional, dentre os funcionários das Varas e do Tribunal Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo Presidente diretamente subordinados.
  - (E) é facultado aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.
- 
42. O advogado da reclamada Fênix Produtora, por ocasião da audiência UNA, apresentou a contestação da ré, bem como reconvenção, por meio da qual pretendeu a devolução de ferramentas de trabalho da empresa que ficaram em posse do empregado após a rescisão contratual. Nessa situação,
- (A) não deve ser aceita a reconvenção, por falta de previsão desse ato processual na legislação trabalhista, não podendo ser aplicada outra legislação processual para o caso.
  - (B) a Consolidação das Leis do Trabalho expressamente prevê que nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas no texto consolidado.
  - (C) somente será aceita a reconvenção caso haja a expressa concordância da parte contrária, que terá prazo para exercer o contraditório.
  - (D) deve ser aceita a reconvenção em razão de estar expressamente prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, como modalidade de defesa da reclamada.
  - (E) não deve ser aceita a reconvenção, visto que somente poderia ser proposta ação possessória no foro cível, competente para a matéria.
- 
43. Os prazos processuais previstos no Processo Judiciário do Trabalho contam-se
- (A) a partir do dia imediatamente seguinte à data em que foi feita a notificação.
  - (B) 48 horas após a data em que foi feita a publicação do edital no jornal oficial.
  - (C) 10 dias após a data em que foi feita a publicação do edital na sede da Vara ou Tribunal.
  - (D) 48 horas após a data em que foi recebida a notificação por oficial de justiça.
  - (E) com a exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- 
44. A Constituição Federal do Brasil prevê que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado. Sobre a organização do órgão na área trabalhista,
- (A) será exercida por membros do Ministério Público Federal e na sua falta pelo Ministério Público Federal, ante a falta de previsão de órgão específico na área trabalhista.
  - (B) o chefe do Ministério Público do Trabalho é o Procurador Geral da Justiça, sendo eleito e sabatinado pelo Congresso Nacional.
  - (C) o chefe da Procuradoria Regional do Trabalho será designado dentre os Procuradores Regionais do Trabalho lotados na respectiva Procuradoria Regional.
  - (D) o Colégio de Procuradores do Trabalho será presidido pelo Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, composto pelos Procuradores Regionais do Trabalho.
  - (E) o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho será eleito de forma direta por voto dos Subprocuradores-Gerais do Trabalho e dos Procuradores Regionais do Trabalho.
- 
45. A sociedade de economia mista DIEPAX Medicamentos foi condenada ao pagamento de horas extraordinárias em processo movido por seu empregado. Na mesma decisão, foi acolhido o pedido de responsabilidade subsidiária do segundo reclamado, o Município de Cuiabá e condenação em custas processuais. A isenção das custas processuais abrange
- (A) apenas a sociedade de economia mista.
  - (B) apenas o Município.
  - (C) nenhuma das reclamadas.
  - (D) as duas reclamadas.
  - (E) apenas o réu principal em caso de condenação subsidiária, devendo o Município efetuar o recolhimento.



46. Agatha, empregada doméstica, ingressou com reclamação trabalhista em face da sua empregadora Isis, de forma verbal sem a assistência de advogado, postulando o pagamento de férias com 1/3. O pedido foi julgado procedente e a reclamada sucumbente interpôs recurso ordinário. A autora foi intimada para apresentar contrarrazões. No caso, conforme previsão legal e entendimento sumulado do TST,
- (A) a autora não pode exercer o *jus postulandi* para contrarrazoar perante o Tribunal Regional.
  - (B) nenhuma das partes pode utilizar o *jus postulandi* em fase recursal.
  - (C) ambas podem exercer o *jus postulandi* para recorrer e contrarrazoar o recurso ordinário perante o Tribunal Regional.
  - (D) apenas por se tratar de reclamação de empregado doméstico as partes podem exercer o *jus postulandi* em todas as fases e instâncias do processo.
  - (E) por se tratar de condenação de pessoa física, a reclamada pode exercer o *jus postulandi* para o recurso ordinário, o mesmo não ocorrendo à autora que foi vencedora.
- 
47. No início da audiência designada em reclamatória trabalhista, por não ter convidado nenhuma testemunha e prevendo o seu insucesso, o autor Hércules provocou um incidente tumultuário ameaçando o Juiz auxiliar da Vara de Lucas do Rio Verde e declarando, em público, que era inimigo pessoal do magistrado. Em razão do ocorrido, o patrono do autor apresentou no ato exceção de suspeição do referido Juiz, postulando o adiamento da audiência, para que não fosse configurada nulidade processual. Nessa situação, conforme disposição legal, o magistrado deve
- (A) rejeitar a exceção, visto que a exceção de suspeição e a nulidade não serão pronunciadas quando o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a nulidade for arguida por quem lhe der causa.
  - (B) acolher a exceção e se declarar suspeito apenas para o julgamento, prosseguindo a audiência, colhendo o depoimento das partes e a oitiva das testemunhas presentes da reclamada e remetendo o julgamento para o Juiz titular da Vara.
  - (C) adiar a audiência acolhendo a suspeição, mesmo que o recusante da suspeição tenha procurado de propósito o motivo de que ela se originou e a alegada nulidade tenha sido arguida por quem lhe deu causa.
  - (D) prosseguir a audiência por não haver previsão legal tanto para a alegada exceção de suspeição do Juiz, bem como quanto à arguição por quem deu causa da nulidade.
  - (E) adiar a audiência para que haja instrução da suspeição designando nova audiência em 05 dias para que o Juiz Titular da Vara aprecie a admissibilidade da exceção e, após, remeta ao Tribunal para julgá-la.
- 
48. Segundo as normas processuais trabalhistas sobre o procedimento sumaríssimo,
- (A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente, no prazo de 48 horas que antecede a sessão.
  - (B) tanto a citação por hora certa como a por edital deverão conter a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
  - (C) os dissídios individuais e coletivos que não excedam sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do fato gerador do pedido ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
  - (D) as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
  - (E) se uma das partes apresentar documentos em audiência a parte contrária terá o prazo sumário de 24 horas para se manifestar, devendo, necessariamente, ser adiada a audiência para o prazo máximo de 5 dias.
- 
49. Conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho quanto à sentença, coisa julgada e liquidação,
- (A) no caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecurável para partes e terceiros, visto que reproduz a livre vontade dos litigantes, com a chancela do Estado-Juiz.
  - (B) as partes serão intimadas da sentença proferida em reclamação trabalhista que tramita pelo rito sumaríssimo na própria audiência em que prolatada, como regra.
  - (C) não há previsão para liquidação da sentença trabalhista por arbitramento, mas apenas por cálculos ou por artigos.
  - (D) na liquidação da sentença, excepcionalmente, poder-se-á discutir matéria pertinente à causa principal, inovando a sentença liquidanda, quando houve omissão no julgado em relação a um dos pedidos principais.
  - (E) elaborada a conta e tornada líquida, o juiz deverá abrir prazo comum de, no máximo, 5 dias para que as partes se manifestem, não havendo preclusão, pois a matéria relativa aos itens e valores poderá ser rediscutida em sede de embargos à execução.
- 
50. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos
- (A) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
  - (B) agravos de instrumentos retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
  - (C) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
  - (D) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
  - (E) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.



51. Sobre o Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT, conforme normas contidas na Resolução Administrativa nº 243/2014, é INCORRETO afirmar que
- (A) cabe ao advogado proceder ao respectivo credenciamento no PJe-JT do TRT 23ª Região, observando-se a obrigatoriedade de cadastro na base de dados do 1º e do 2º graus de jurisdição.
  - (B) o Ministério Público do Trabalho, as Procuradorias Federais e a Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, serão intimadas via sistema, desde que observado o regular credenciamento, conforme disposto nos artigos 2º e 5º da Lei nº 11.419/2006.
  - (C) caberá ao magistrado gestor da unidade judiciária, definir os perfis dos servidores usuários nela lotados, vedada a designação, para o estagiário, de perfil diverso daquele existente no sistema.
  - (D) é de inteira responsabilidade do usuário verificar se a juntada com a respectiva assinatura digital, das petições e dos demais documentos anexados aos autos foram devidamente recepcionados no sistema PJe-JT.
  - (E) somente nas peças de defesa da reclamada poderá ser requerido sigilo da petição, de documento ou arquivo, que após a mera ciência da parte contrária em 24 horas, deverá ser deferido pelo Juiz, em garantia ao contraditório e a ampla defesa.

#### Direito Civil

52. Janete é filha de Gildete, que possui muitos bens. Considerar-se-á, em caso de conflito de leis no tempo, que Janete possui, em relação à futura herança de Gildete, que ainda está viva,
- (A) direito sob condição suspensiva, que se equipara a direito adquirido.
  - (B) mera expectativa de direito.
  - (C) direito adquirido.
  - (D) direito sob condição suspensiva, que não se equipara a direito adquirido.
  - (E) direito a termo, inalterável ao arbítrio de Gildete, que se equipara a direito adquirido.
53. Carlos abalroou veículo em ambulância que conduzia Paulo, pessoa relativamente incapaz, causando-lhe lesões corporais. Passados 4 anos, Paulo ajuizou ação de indenização contra Carlos. A pretensão
- (A) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual tem ação contra o assistente, se este houver dado causa à prescrição.
  - (B) não prescreveu, pois prescreve em 5 anos a pretensão à reparação civil.
  - (C) prescreveu depois de 3 anos, pois corre a prescrição contra o relativamente incapaz, o qual não tem ação contra o assistente, ainda que este tenha dado causa à prescrição.
  - (D) não prescreveu, pois prescreve em 10 anos a pretensão à reparação civil.
  - (E) não prescreveu, pois não corre a prescrição contra o relativamente incapaz.
54. Jorge vendeu um imóvel a Plínio. Plínio, por sua vez, vendeu um veículo a Jorge. As partes não convencionaram quem arcaria com as despesas com escritura e registro do imóvel, nem com as da tradição do veículo. Neste caso, de acordo com o Código Civil,
- (A) Jorge arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e também com as da tradição do veículo.
  - (B) Plínio arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e Jorge com as da tradição do veículo.
  - (C) Plínio arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e também com as da tradição do veículo.
  - (D) Jorge arcará com as despesas com escritura e registro do imóvel e Plínio com as da tradição do veículo.
  - (E) Plínio e Jorge arcarão, em parte iguais, com as despesas com escritura e registro do imóvel e com as da tradição do veículo.

55. Marcelo praticou crime de roubo contra um supermercado, subtraindo R\$ 10.000,00, dos quais doou R\$ 2.000,00 a seu irmão José. Descoberta a autoria do crime, bem como a ocorrência da doação, o supermercado ajuizou ação de indenização contra Marcelo e contra José, visando à reparação do dano. José
- (A) responderá apenas se comprovada culpa, até a quantia de R\$ 2.000,00.
  - (B) responderá, de maneira objetiva, até a quantia de R\$ 2.000,00.
  - (C) responderá, de maneira objetiva, até a quantia de R\$ 10.000,00.
  - (D) não responderá por nenhuma quantia, ainda que proveniente de ilícito.
  - (E) responderá, apenas se comprovada culpa, até a quantia de R\$ 10.000,00.

#### Direito Processual Civil

56. Telma emprestou R\$ 10.000,00 para Ana Paula, pessoa maior e capaz. Esta, porém, não devolveu o dinheiro na data aprazada. Em razão do inadimplemento, Telma ajuizou ação contra a mãe de Ana Paula, Odete, que possui melhores condições financeiras que a filha. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá
- (A) extinguir o processo com resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.
  - (B) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo sem resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.
  - (C) extinguir o processo sem resolução de mérito, conhecendo, de ofício, da ilegitimidade de parte.
  - (D) aguardar a resposta de Odete e extinguir o processo com resolução de mérito, mas apenas se, na contestação, for suscitada ilegitimidade de parte, vedado conhecer da matéria de ofício.
  - (E) corrigir, de ofício, o polo passivo, incluindo Ana Paula, que responderá junto com Odete pela dívida contraída com Telma.



57. Gabriel, pessoa capaz, foi revel em ação na qual Marcelo formulou pedido de condenação. Gabriel não possui patrono nos autos. Em razão da revelia,
- (A) se Gabriel vier a intervir no processo, o Juiz deverá dar nova oportunidade para apresentação de contestação.
  - (B) o pedido de Marcelo será necessariamente acolhido, pois a revelia induz presunção absoluta de veracidade dos fatos afirmados na inicial.
  - (C) o Juiz deverá nomear curador especial para Gabriel, o qual poderá contestar por negativa geral, invertendo-se o ônus da prova.
  - (D) o Juiz determinará a intimação pessoal de Gabriel a fim de que compareça nos autos, sob pena de confesso.
  - (E) os prazos, em relação a Gabriel, correrão independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

58. De acordo com o Código de Processo Civil, na fase de cumprimento de sentença
- (A) a multa de quinze por cento, devida na hipótese de o devedor não efetuar o pagamento no prazo de 10 dias, incide apenas sobre o restante do débito, em caso de pagamento parcial.
  - (B) o Juiz determinará, de ofício, a expedição de mandado de penhora e avaliação.
  - (C) o executado será intimado sempre pessoalmente do auto de penhora e avaliação.
  - (D) a multa de dez por cento, devida na hipótese de o devedor não efetuar o pagamento no prazo de 15 dias, incide sobre a totalidade do débito, ainda que tenha havido pagamento parcial.
  - (E) o exequente poderá, em seu requerimento, indicar desde logo os bens a serem penhorados.

59. Acerca dos embargos do devedor, considere:
- I. Caso haja litisconsórcio e os executados possuam procuradores diferentes, contar-se-á em dobro o prazo, de 15 dias, para oposição de embargos do devedor.
  - II. Quando houver mais de um executado, salvo se forem cônjuges, o prazo para oposição de embargos do devedor será contado a partir da juntada do respectivo mandado citatório aos autos.
  - III. Quando o excesso de execução for o fundamento único dos embargos, mas o embargante não indicar o valor que entende correto, nem juntar memória de cálculo, o Juiz deverá mandar emendar a petição inicial.
  - IV. Nos embargos do devedor, admite-se apenas a produção de prova documental.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
  - (B) II e III.
  - (C) I e III.
  - (D) II.
  - (E) I, III e IV.
60. De acordo com o Código de Processo Civil, na audiência de instrução
- (A) o Juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado tiver se ausentado injustificadamente.
  - (B) o Juiz não pode tentar nova conciliação entre as partes.
  - (C) o perito responderá a qualquer pergunta formulada pelas partes, seja qual for o objeto do questionamento, independentemente da elaboração prévia de quesitos de esclarecimentos.
  - (D) as testemunhas do juízo são inquiridas sempre depois das do réu.
  - (E) finda a instrução, o Juiz abrirá prazo para apresentação de alegações-finais, a serem apresentadas necessariamente na forma escrita.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

“10.5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. 10.7. Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites: mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota **igual ou superior a 60 (sessenta)**.”

**Observação:**

– NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva – Redação.

Atente para o texto seguinte:

*Não é de hoje que se pergunta se a existência do museu ainda faz sentido, por mais que os antigos e tradicionais museus continuem atraindo um bom público, ao passo que novos espaços não deixam de ser construídos. Contudo, à medida que a própria arte se modifica, com os quadros tradicionais cada vez mais dando lugar a instalações, a performances e aos grafites, parece crescer o número daqueles para quem, segundo Hal Foster, no artigo “Museus sem fim” (revista Piauí, edição 105, Junho/2015), “a contemplação estética é tediosa, a compreensão histórica é elitista e, mais do que isso, o museu é um lugar morto, um mausoléu”. Foster discorda: “Quando bem projetados e dotados de programação inteligente, os museus admitem tanto entretenimento quanto contemplação, e nesse processo promovem também alguma compreensão.” Assim, em lugar de propor que os museus permaneçam intocados, o que o historiador e crítico norte-americano propõe é torná-los capazes de nos transportar “para diferentes períodos e culturas – para diversos modos de perceber, pensar, representar e ser –, a fim de que possamos testá-los em relação a nossas próprias época e cultura, e vice-versa, e, nesse processo, quem sabe transformarmo-nos um pouco.”*

Escreva um texto dissertativo-argumentativo posicionando-se em relação às diferentes ideias expostas no texto acima.



**DISCURSIVA-REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

